

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 123.ª Sessão Ordinária

Realizada em 19 de Agosto de 1971 — 5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crissóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Natchi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Mugiaty Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Djas, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Willson Brandão e Emílio Carazzai (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Antônio Lopes Júnior, Basílio Zanussi, João Mansur, Nivaldo Krüger, Xenofonte Villanueva e Paulo Camargo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nos 14-71, 16-71, 46-71, 57-71, 70-71, 77-71, 78-71, 85-71, 87-71, 88-71, 93-71, 94-71, 122-71, 123-71, 141-71, 151-71, 152-71, 153-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro na forma regimental, consigne-se na Ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Risatto Júnior, ocorrido nesta Capital, em data de ontem.

O extinto era pessoa grandemente relacionada em nossa sociedade, tendo, por isso, repercutido intensamente o seu desaparecimento.

Requeiro, ainda, que da manifestação da Casa se dê conhecimento à família enlutada, à Rua Angelo Sampato, n.º 799.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

(a) — **Erondy Silvério**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, depois de ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Morretes, no dia 17, do conceituado cidadão Chaim Maia, tronco de tradicional família paranaense, pedindo ainda que, deste voto, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1971.

(a) — **Fabiano Braga Côrtes**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Na forma em que dispõe o Regimento Interno, o Deputado subscritor do presente, ouvido o Plenário, requer sejam consignados em Ata dos trabalhos de hoje votos de regozijo e aplauso ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, e ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar, pela maneira com que se vêm havendo no serviço de patrulhamento de nossa Capital, inclusive o serviço de Rádio Patrulha, recentemente reaparelhado e restabelecido, com o que, trouxe novamente, a paz e a tranquilidade às famílias curitibanas.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa, dê-se conhecimento aquelas autoridades, através de expedientes próprios.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1971.

(a) — **Erondy Silvério**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Na qualidade de membro e vice-presidente a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, o Deputado infra assinado, requer à Mesa se digne determinar as providências imediatas, com relação ao encaminhamento de Projetos de Lei à sanção, no sentido de ficar registrada e junto a todo o processado, de modo inequívoco, a data em que, por autoridade responsável, o autógrafo seja recebido pelo Poder Executivo.

Propõe-se que os Projetos ou autógrafos encaminhados à sanção do Governador, sejam entregues na Secretaria do Governo, com as cautelas de praxe, mediante recibo passado por funcionário autorizado na segunda via da autografia, da qual, a seguir, se fará juntada no processo legislativo respectivo.

Com tais medidas, visa-se, "data vênica", dissipar as dúvidas que têm surgido nos vetos governamentais, quanto à sua tempestividade.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

(a) — **Muggiati Filho**

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 172-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, a Fundação Educacional de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

(a) — **Fuad Nacli**

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional de Bandeirantes, criada pela Lei Municipal n.º 257-68, com sede e forum na cidade de Bandeirantes, e que usa a sigla "FEB", tem por finalidade manter a Escola Superior de Agronomia, desti-

nada a ministrar curso de Graduação de Profissionais de Agronomia, de nível universitário, bem como criar e manter quaisquer cursos de grau superior ou médio que venham a ser criados.

De acôrdo com o estatuto da "FEB", a mesma terá duração indeterminada, e será administrada por um Conselho de Curadores.

A Lei Municipal de n.º 978-71, de 24 de junho de 1971, votada pela Câmara Municipal de Bandeirantes, e sancionada pelo Prefeito Municipal, declarou de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Bandeirantes, e outro não é nosso objetivo, para que, com o presente plano de lei, seja a "FEB" declarada de Utilidade Pública Estadual, no que esperamos contar com o apoio de nossos Pares com assento nesta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI N. 173-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Liceu "Mário de Andrade" Ltda. Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

(a) — Álvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, tem seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, 2.º Ofício, de Londrina, sob n.º 101, Livro L-A, de Pessoas Jurídicas, conforme se comprova com o Estatuto anexo.

Por outro lado, os fins a que se destina a mencionada entidade, justificam, plenamente, a apresentação do presente plano de lei, o qual submetemos à consideração de nossos ilustres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

Beneficente, visando a utilidade pública dos seus propósitos, e lançado no mundo jurídico sob a forma de sociedade civil, a entidade acima existe regulada pelo artigo 16, inciso I, do Código Civil Brasileiro. Apresenta-se com constituição "sui generis", de um misto de sociedade civil e filantrópica, cujo designio principal é o de fazer coexistirem, no mesmo passo, o ensino ministrado de maneira não ociosa ao lado de um padrão educacional de alto nível; isto, além de proporcionar aos meros aquinhoados o ensino gratuito, ou a preços reduzidos.

Hoje a entidade conta com 247 alunos, dos 1.500 que são beneficiários de ensino e de material escolar, com redução e gratuidade.

Essa estrutura jurídica e social, a par de constituir um lastro de segurança para a perpetuidade dos destinos da instituição, faz dela o veículo de consecução da finalidade filantrópica que consiste em destinar parte dos seus recursos visando o "atendimento gratuito a pessoas que necessitem" de estudos e estejam em condições de receber o auxílio (Cláusula 14 § 1.º in fine).

PROJETO DE LEI N. 174-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Vitorino, um Motor TD-RM. 23352, do Trator Internacional — TD-18, e um Trator Fiat-60-CI, Motor n.º 553049 Chassis n.º CI x 530532, pertencentes ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1971.

(a) — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Os objetos do presente Projeto, pertenceram ao extinto Departamento de Fronteiras, tendo então, após a extinção deste Departamento, passado à carga do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios e, por sua vez, este Departamento, passou em Comodato à Prefeitura Municipal de Vitorino. Trata-se de material improdutivo ao serviço público estadual, cabendo, se consumada a doação, à Prefeitura Municipal de Vitorino, recuperar o referido material, dispondo com esta recuperação uma importância nada interessante ao Estado, se caso fôsse promover a dita recuperação.

PROJETO DE LEI N.º 175-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. I — Fica criado o Colégio Comercial de Dr. Camargo, na sede do município do mesmo nome, com funcionamento a partir do ano letivo de 1972.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma iniciativa que visa conciliar justos reclamos de uma coletividade estudantil que, para não interromper seus estudos, vê-se na contingência de deslocar-se para outros Municípios vizinhos, com prejuízos de toda sorte. Tem ela que recorrer a educandários de Mamborê, Ivatuba, Mandaguçu, Paysandu e outros centros. Acresce, ainda, que é lícito ajuizar-se quanto a sacrifícios de ordem financeira com transportes, aos quais está ligada a própria Prefeitura de Dr. Camargo, como meio de cooperação para amenizar os efeitos da delicada situação imperante.

Sala das sessões, em 12 - agosto - 1971.

(a) **Wilson Brandão**

PROJETO DE LEI N.º 176-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. I — Fica considerada como sendo de Utilidade Pública a Delegacia da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, em Maringá, dedicada às atividades de prevenção do câncer ginecológico.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 18 de agosto de 1971.

(a) **Wilson Brandão**

JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Maringá da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, cujos trabalhos em campo tão importante da medicina moderna vêm sendo exaltados pela Associação Mundial de Prevenção do Câncer Ginecológico, atende mensalmente a centenas de representantes do sexo feminino com exemplar dedicação e sacrifícios de toda sorte de sua Direção. E quando se empresta ênfase aos esforços para uma participação corajosa e decidida no combate ao terrível mal, nada mais justo do que prestigiar, pelos meios legais e adequados, esta benemérita entidade. A iniciativa pretende estimular ações tão enlaçadas com os reclamos da hora presente, e que dizem respeito à união de propósitos sérios e alevantados. A BEMFAM de Maringá já é uma afirmação de operosidade e de prestação de serviços qua-

lificados no setor em que atua, destarte excluindo a medida proposta qualquer rasgo de simples generosidade pública. Ampará-la com superior consciência da validade de seus serviços é promover, convenientemente, a defesa da sorte de um sem número de pessoas que a ela ocorrem, confiantes, na competência de seus médicos.

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Prestando, na tarde de hoje, deixar, por enquanto pelo menos, até que se proceda a convenção dos partidos, desta tese que abordamos aqui e que trouxe tantas controvérsias nesta Casa, no que tange à transferência da Capital — não é meu propósito voltar a esses debates por enquanto —, no entanto é urgente e necessário que alguns reparos se façam aqui desta Tribuna. Como um cidadão, simplesmente, talvez não fôsse esta a minha conduta, porque a minha vaidade de homem e de cidadão não iria permitir que eu viesse a esta Tribuna para penitenciar-me dos meus erros, mas, como homem público, como representante do povo, eu aqui estou humildemente, para, em um retrospecto rápido dos debates que aqui se feriram, pedir desculpas a alguns Parlamentares, que, no calor do debate talvez, talvez não, realmente eu os houvera tratado de maneira indevida, contrariando a minha formação e o meu pensamento e a minha apreciação sobre certos Parlamentares. Citarei alguns deles. Quando eu iniciava há dias atrás a minha explanação sobre este momentoso assunto, o eminente deputado Erondy Silvério pediu antecipadamente o seu primeiro aparte; eu reagi violentamente, o que ocasionou a que os debates fôssem acalorados e, naquele momento, entendia que o nobre Deputado antecipava o seu pedido de aparte para contraditar o que eu pretendia dizer; posteriormente soube que não era essa a intenção daquele Parlamentar e quero aqui, portanto, se alguma coisa eu tenha dito que ferisse a sua dignidade, a sua honra de cidadão como Parlamentar, que realmente é inatingível, eu me penitencio porque reconheço, nesse parlamentar, um grande cidadão como Deputado, e um grande cidadão como chefe de família, em seguida, eu fui aparteado — não bem aparteado — minha oração fôra interrompida pelo nobre Deputado Acyr José que, nascido nesta terra, representando esta gente, sentiu que sua casa estava sendo invadida, sentiu que ele tinha urgência em abordar, em interromper o trabalho que eu fazia da Tribuna, e elaborou uma questão de ordem, no que a Mesa poderia decidir. Aquela questão de ordem, eu reconheço e me penitencio novamente, por ter sido um tanto quanto indelicado, ter cometido injustiças, no excesso de palavras e gestos, no que tange a este eminente Deputado. Assim, aos outros Deputados que faziam interferência em minha oração, quero dizer que me penitencio, se fui, quem sabe, no calor dos debates, às vezes indelicado.

Mas, sr. Presidente e srs. Deputados, se ônus existe nesta tese, para esta idéia, eu continuo arcando com toda a responsabilidade, peço à imprensa que, se débito pretendia fazer a alguém, por esta iniciativa, que este débito seja todo carregado sobre a minha pessoa. Mas, se louros houveram, isto sim, eu quero que sejam divididos entre todos aqueles que abordaram as nossas idéias em sentido tanto favorável, como contrário.

Porque, sôzinhos, realmente, jamais poderíamos enfrentar um problema de tamanha importância.

Isto pôsto, sr. Presidente e srs. Deputados, quero dizer que até a convenção dos partidos...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que falta um minuto para o término de sua oração.

O SR. PAULO POLI — Obrigado. Solicito a V. Exa. que me deixe inscrito para explicações pessoais, quando pretendo usar da Tribuna.

...até a convenção dos partidos, não tocarei mais no assunto, para que não se diga que estou pedindo uma transferência de Capital, fazendo promoções políticas. Mas tão logo termine este período, quero conferenciar com a maioria das Câmaras de Vereadores, para, de volta à Casa com este problema, solicitar com todo o respeito, um documento das Câmaras de Vereadores e Prefeituras, se fôr o caso, para que se proceda a um plebiscito, a fim de que o povo se manifeste da conveniência ou não, da transferência da Capital.

Então assim, está pôsto o problema. Eu agradeço a V. Exa., sr. Presidente, pela tolerância, pelo alerta do tempo que se esgota, e atenção dos meus ilustres Pares. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao segundo inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A imprensa aqui da Capital, tem estampado algumas reportagens que têm, de certa forma, estarrecido a opinião pública paranaense: é o problema do menor abandonado em Curitiba, que, realmente, continua abandonado. Vimos as sucessivas reportagens em torno do problema de Campo Comprido, aonde um rapazola chegou a ser morto no local existente para a recuperação de menores, que vem, inclusive, enfrentando ali uma séria crise. E, ao lado do que ocorre em Campo Comprido, vemos uma entidade desprotegida pelo Governo, quando não recebe as verbas a que tem direito.

Nos referimos, aqui, à Creche Ivone Pimentel, de Curitiba, Creche que leva o nome da esposa do ex-Governador. Não estamos neste momento aqui, para defender o ex-Governador do Paraná; porém, é comum que se denominem algumas obras assistenciais com o nome das primeiras damas. Temos aí a Creche Hermínia Lupion, Creche Nice Braga, Creche Ivone Pimentel. E, sem que se possa entender melhor, o Governo do Estado não está pagando, não está ajudando a Creche Dona Ivone Pimentel, e haveria neste caso uma indagação, será como represália pelo fato daquela Creche, como homenagem que se prestou à ex-Primeira Dama do Paraná ter recebido o seu nome? E se fôr, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito grave, porque amanhã, temos a certeza, talvez não demore, a esposa do atual Governador Haroldo Leon Peres, também seja agraciada com uma obra assistencial que receba o nome de dona Helena Leon Peres, e, se ela estiver trabalhando pela assistência social, será justa a homenagem. Não vemos porque não seria justo que o Governo que sucedesse ao atual, se amanhã fôsse de oposição a ele, deixasse de pagar as verbas assistenciais, pelo simples fato da obra ser denominada com o nome daquela que é esposa de um adversário político. O Ninguém nega que há uma rivalidade, uma briga na ARENA. Nós não temos nada com isto, nós temos com os problemas partidários do MDB, mas vemos uma divergência entre o Sr. Leon Peres e o Sr. Paulo Pimentel. Queremos aqui condenar, porque, com esta perseguição, não é o Sr. Paulo Pimentel, nem Dona Ivone Pimentel que estão sem leite, sem pão e sem alimento; são crianças internas daquela creche que estão sendo prejudicadas, sufocadas por uma perseguição política. E o que está acontecendo no Paraná, apenas nos faz lembrar o Rei Dario da Pérsia; S. Majestade tinha um escravo que todas as manhãs dizia: Majestade, precisamos nos unir para acabar com os gregos; porque os gregos estavam se expandindo, entrando em terreno de que os persas se julgavam donos, e então estamos vendo isso no Paraná. Talvez mal assessorado, os elementos do Governo procuram dessas crianças que foram internadas naquela creche, crianças que não so daão truir correntes que não são vinculadas a eles, porque têm vínculos com o Governador anterior. Este é o mal no caso da Creche Ivone Pimentel. Não

são os filhos do Sr. Paulo Pimentel, não é sua esposa, nem é próprio, mas as crianças que foram internadas naquela creche, crianças que não são da Arena, nem do MDB, porque entendemos que a criança não tem cor política, não é da Arena nem do MDB, deve ser amparada com todo o amor com todo o sentimento cristão, sem caráter partidário, sem perseguições de caráter político. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Inicialmente nós queremos agradecer as referências feitas à nossa pessoa pelo nobre Deputado Paulo Poli, e dizer a S. Exa. que não guardamos, absolutamente, nenhum ressentimento do debate que travamos com relação à pretendida mudança da Capital Paranaense. Compreendemos perfeitamente o ponto de vista do Parlamentar de Campo Mourão e, em certos aspectos, podem lhe caber algumas razões em suas idéias. Mas, em 90%, os itens apresentados, que justificavam seu Requerimento, são falhos e não correspondiam à realidade econômica paranaense. Essa foi uma das razões porque nós, inicialmente, nos opusemos à sua idéia, não só na qualidade de representante do Município de Curitiba nesta Casa, juntamente com os nobres Deputados Acyr José, Maurício Fruet, Igo Losso, Arthur de Souza e outros, que recebem uma votação sempre considerável na área curitibana. Mas também olhando principalmente a conjuntura econômica paranaense, pois vemos que o Paraná não tem condições orçamentárias hoje, nem financeiras, para promover modificações dessa natureza. Mas, voltaremos ao assunto no Grande Expediente, para abordarmos, item por item, o Requerimento de S. Exa., dentro de um clima de respeito, e procurando, nessa oportunidade, convencer o nobre Parlamentar de Campo Mourão de que não somos contrários à idéia e sim à forma como foi colocada perante esta Casa, quando na realidade nós queríamos, apenas, no início da oração daquele Parlamentar, dizer isto que estamos dizendo agora e nos congratulamos, porque ouvimos perfeitamente quando ele pediu ao Líder da Arena que deixasse a questão aberta, e que não queria constranger-nos por parte da Liderança, nem dos demais Parlamentares da Casa. Quando quisemos oferecer este aparte, recebemos em resposta aquilo que toda a Casa já conhece.

Mas, Sr. Presidente, nobres Deputados, nós não estamos de acordo com as considerações feitas há poucos instantes nesta Casa, pelo nobre Deputado Antônio Belinati.

Mas também queremos nos valer do noticiário da Imprensa, para deixar aqui um apelo ao Sr. Governador do Estado, com relação ao Asilo São Luiz; sabemos que realmente aqueles pequenos órfãos estão vivendo um drama, pois a Direção está encontrando dias difíceis, porque sua dotação orçamentária não foi paga ainda pelo Sr. Governador do Estado.

Não queremos dizer que seja culpa do Governo, o quadro difícil que atravessa aquele orfanato. Mas fazemos apelo ao Sr. Governador, para que determine à SANEPAR, ao Departamento de Água e Esgotos, a suspensão da cobrança da taxa de água, que realmente é muito elevada, até que seja paga a subvenção anual que o Governo concede aquele estabelecimento, o que vem acontecendo há muitos anos. O Asilo São Luiz vem recebendo, do Governo do Estado, uma subvenção para fazer face ao pagamento de luz e água e outras despesas que não de alimentação.

E ainda, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos criticar o Sr. Governador do Estado e o Sr. Secretário de Segurança; principalmente achamos que S. Exa. tem sido um tanto arbitrário nas suas decisões à frente daquela Pasta, e estamos acostumados a viver num regime pleno de democracia, onde a voz do povo deve se fazer respeitar pelos poderes constituídos.

Nós temos nos insurgido contra determinadas decisões do Coronel Pérsio Ferreira, que coloca acima da força do Direito, o Direito da força. Hoje somos obrigados a vir a esta Tribuna elogiar a ação do Senhor Secretário de Segurança, bem como do Sr. Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado, pelo Serviço de Rádio Patrulha, recém-instituído nesta Capital; é um serviço realmente modelar. É um serviço que está aparelhado com veículos novos. A equipe que compõe aquele patrulhamento é uma equipe que coloca, acima de tudo, a civilidade para tratar com o público; é uma equipe que coloca, acima de tudo, a civilidade para tratar com o público; é uma equipe que coloca sempre, em primeiro plano, o direito do povo. Trata o povo com educação, e tem assegurado à população curitibana maior tranquilidade. Tenho acompanhado batidas policiais feitas pela Polícia Civil de Curitiba, e tenho verificado, "in loco" a maneira correta, a limpeza de trato com que a população curitibana vem sendo obsequiada por parte dos servidores da Polícia Civil.

É um serviço que merece os aplausos desta Casa, porque devolveu a tranquilidade que já havíamos perdido. A cidade não está mais a mercê de assaltantes, ladrões e assassinos. Está fortemente policiada e a população tem, na Polícia Militar, o seu anjo da guarda e protetor.

Nós, que somos avessos a manifestações de aplauso, queremos encaminhar requerimento à Mesa, para incentivar aquelas autoridades, para que continuem prestando serviço de tanta utilidade para a população curitibana, e que se estenda este serviço às demais Comunas, a fim de devolver a tranquilidade e a segurança que necessita a família paranaense para seu trabalho.

Queremos também dirigir um apêlo à Comissão Executiva da Casa, para que envie ao Governador do Estado autógrafa da lei aprovada por esta Casa, de autoria do ex-Deputado Sílvio Barros, que determina que o Instituto Agrônômico do Paraná seja sediado na cidade de Maringá.

Até agora não sabemos o porquê, não conhecemos as razões pelas quais a Comissão Executiva da Casa não encaminhou a apreciação governamental o referido autógrafa, pois a ansiedade na cidade de Maringá é grande pela decisão governamental quanto à localização daquele importante órgão de ensino.

Portanto, é o apêlo que fazemos à Comissão Executiva da Casa, para que envie, com a maior urgência, ao sr. Governador, o autógrafa da lei que determina que o Instituto Agrônômico seja sediado na cidade de Maringá.
(Sem revisão do Orador)

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Wilson Fortes)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domicio Scaramella, primeiro orador inscrito para o grande Expediente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Novamente ocupamos a Tribuna para falar nas estradas conservadas pelo D.E.R.

Há dias assistimos nesta Casa o ilustre Sr. Deputado João Mansur, quando fazia a leitura de um memorial enviado ao Diretor Geral do D.E.R., assinado por seis Prefeitos de minha região, no qual esses Prefeitos reafirmavam que as estradas subordinadas, principalmente ao 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, estavam em perfeitas condições de trânsito em qualquer época.

Naquela oportunidade ocupamos a Tribuna, no pequeno Expediente, e não nos foi possível dizer tudo; por isso hoje voltamos, no Grande Expediente, para falar na estrada. Acho que é um direito que nos assiste, apelar aos órgãos constituídos do Estado para que deem melhoria de trânsito às estradas do Paraná, assim como vários Srs. Deputados têm feito constante-

mente, e que não receberam, por intermédio de Prefeitos de sua região, críticas, nem foram tachados de mentirosos.

Quero reafirmar que estas estradas estão intransitáveis e, nesta oportunidade, não se achando presente o ilustre Líder do Governo nesta Casa, Deputado João Mansur, quero fazer um apêlo ao Vice-Líder da ARENA, para que designe, se possível, para a data de amanhã, para, em nossa companhia, visitarmos todas aquelas estradas subordinadas ao 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, para ver se as notícias que temos dado, se os apêlos que temos feito, são realmente de grande necessidade, ou se estamos mentindo à Casa e ao povo do Paraná.

Faço este apêlo novamente à Liderança da ARENA, para, se possível, amanhã, em nossa companhia, visitarmos aquela região.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Gostaria de, com a permissão de V. Exa., registrar, no momento em que V. Exa. novamente alude a esse problema, que tem sido encarado muito seriamente por V. Exa., o meu testemunho, aliás, de todo ocasional, porque estive há pouco tempo em União da Vitória, não com o intuito de verificar o estado das estradas, mas fui a União da Vitória, há questão de oito ou dez dias, a fim de participar de uma solenidade em que V. Exa. foi a figura central, e homenageada pelo povo daquele Município. E devo acrescentar, como testemunho, depoimento insuspeito nesta Casa, que, durante o tempo que passei em União da Vitória, e no contato que mantive, inclusive com parentes meus, residentes naquela cidade, não ouvi uma voz dissonante, sobre o péssimo estado de conservação das suas rodovias. Portanto, além de enaltecer o zelo de V. Exa., devo registrar que esta Casa tem as palavras de V. Exa. no mais alto conceito, e temos absoluta certeza que, se se realizar essa verificação, que no meu entender é desnecessária, somente virá constatar mais uma vez uma prova já repisada.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Muggiati Filho, que muito nos honra e estimula, para continuarmos lutando por aquilo que o povo tem direito, lutando por melhores dias.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Também queremos fazer córo às palavras do Deputado Muggiati Filho, de apoio e incentivo a V. Exa., para que continue trazendo ao conhecimento desta Casa assuntos gravíssimos, como a denúncia que V. Exa. teve a coragem de trazer à Tribuna, chegando a requerer essa Comissão de Inquérito contra o DER da região que V. Exa., com tanto brilho, representa nesta Casa. Realmente, ilustre Deputado Domicio Scaramella, sabemos da seriedade com que V. Exa. cuida das causas públicas, desde o tempo em que militou na vida pública de União da Vitória, e até mesmo nesta Casa, em outras Legislaturas. Também, nobre Deputado, devo dizer que a nossa impressão é que, desta vez, eles vão arrumar a estrada, só para ter o prazer de desmentir V. Exa.. Vão acabar melhorando a estrada, passando a motoniveladora, fazendo tudo aquilo que não fizeram em vinte anos. Então, esse mérito V. Exa. teve. V. Exa., acabarão fazendo aquelas estradas que V. Exa. tanto reclamou. Acharmos justo que o Estado não deva apenas arrumar numa hora como esta. Como às vezes acontece, quando uma autoridade vai visitar um Município e as estradas estão todas esburacadas, empoeiradas e para que a autoridade não leve má impressão — era muito comum isso no Paraná quando o Governador do Estado ia visitar um Município, — o DER passava a motoniveladora, irrigava a estrada para não ter poeira e a impressão que a autoridade levava, no momento, era de que nada havia de anormal, porque no instante em que ele visitava, a estrada, a cidade, encontrava tudo arrumadinho.

Seria interessante reprisar aqui os feitos de Manoel Ribas que visitava de surpresa as rodovias e as obras públicas do Paraná. A ponte do Rio Tibagi, nas proximidades de Londrina, entre Ibiporã e Ibaiti, foi construída

porque Manoel Ribas passando por aquêle local encontrou caminhões, em razão das chuvas que haviam caído, atolados motivo porque não pôde êle seguir adiante; na mesma hora afirmou que iria mandar construir aquela ponte que está até hoje servindo ao Norte do Paraná para as viagens com destino a São Paulo. É louvável aquêle governante que não vai atrás de banquetes e recepções, que chega de surpresa nas diversas cidades do Paraná para verificar qual a real situação.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte e quero dizer que V. Exa. tem toda a razão. Os mandatários e responsáveis pela administração do Estado deveriam seguir o exemplo do saudoso Manoel Ribas. Tenho a impressão que assim procedendo os subordinados ao Poder Executivo seriam mais eficientes, principalmente aquêles acostumados a abusar dos cargos que exercem, como na minha região, visando lucro pessoal.

Continuando, quero lembrar que nossa luta não é somente a estrada que demanda União da Vitória ao Sudoeste do Estado. Esta estrada, há mais de quinze anos atrás, tinha condições de trânsito que hoje não tem.

Lembro que temos nesta Casa quatro representantes do Sudoeste, Deputados Cândido Martins, Sebastião Rodrigues, Arizone Araújo e Ivo Tomazoni, os quais por muitas e muitas vezes transitaram por União da Vitória para chegar ao Sudoeste.

Há mais de quinze anos aquela estrada tinha melhores condições de trânsito do que hoje. É impossível acreditar que isto aconteça numa época em que os equipamentos são os mais modernos, numa época em que o homem vai à Lua. É impossível acreditar que na estrada que liga União da Vitória ao Sudoeste seja necessário, nos dias chuvosos, acorrentar os veículos para que cheguem os mesmos ao seu destino. E quando vemos seis Prefeitos querendo ser agradáveis não ao Chefe do Poder Executivo, mas ao atual Prefeito de União da Vitória que é o único responsável pelos desmandos e pela corrupção no 4.º Distrito Rodoviário, porque exerceu o cargo há mais de dez anos e hoje está aposentado pelo Departamento de Estradas de Rodagem. Para infelicidade de um seu genro foi êle quem assumiu a chefia do 4.º Distrito Rodoviário e para não desmoralizar o sogro continuou com a mesma bandalheira naquele Distrito e com a mesma falta de eficiência e de trabalho.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria, neste instante, de dar o meu testemunho da inteira procedência das críticas que V. Exa. faz à conservação que o Departamento de Estradas de Rodagem vem dedicando à estrada que liga União da Vitória a Pato Branco.

Na verdade transitei, como V. Exa. bem disse, por aquêle caminho durante muitos anos e ainda recentemente o fiz e confirma inteiramente o que V. Exa. afirma desta Tribuna, que aquela estrada estava em péssimo estado de conservação. Isto talvez porque se inaugurando o asfalto que liga Três Pinheiros a Pato Branco, grande parte do tráfego rodoviário e de escoamento do Sudoeste do Paraná vem sendo feito pela nova estrada. Entretanto, não se justifica o abandono da estrada antiga porque vários Municípios, entre os quais o que V. Exa. representa nesta Casa, necessitam daquela estrada em perfeito estado de conservação, bem como o Município de Palmas e outros Municípios vizinhos de União da Vitória.

Confirmo inteiramente as palavras de V. Exa., que a estrada se encontra em estado de abandono total, em verdadeiro estado de calamidade. Solidarizo-me com V. Exa. na crítica que faz à administração do Estado no que se refere àquela estrada. Muito obrigado!

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre deputado Sebastião Rodrigues Júnior e quero, continuando o meu pensamento, lembrar que êstes Prefeitos que deram as suas assinaturas neste documento, forjado aqui na Capital do Estado não sei por quem, mas para ser agradável ao atual Chefe do Distrito Rodoviário de União da Vitória, vieram prejudicar imensamente a coletividade e os usuários daquela região.

O sr. Antônio Belinatti — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O documento é assinado por seis Prefeitos, mas tenho a impressão que não foi nenhum Prefeito que o redigiu, só se foi algum assessor especial.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte e o pensamento de V. Exa. Esses Prefeitos não se lembraram da responsabilidade perante a opinião pública e perante os usuários daquelas estradas. Meu nobre Deputado e ilustres Pares, não é somente a estrada que demanda a União da Vitória para General Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, ela também dá acesso a uma grande parte do escoamento da produção de Santa Catarina. Falou o nobre Deputado Sebastião Rodrigues, que com a construção da estrada de Pato Branco a Três Pinheiros o trânsito, em mais de 50% foi desviado para União da Vitória, mas aqueles municípios como Clevelândia, Palmas, General Carneiro assim como o escoamento de grande parte da produção do Estado de Santa Catarina ainda carecem daquela estrada e não se justifica um abandono naquelas condições, porque toda estrada que tivermos em nosso Estado, toda estrada que tivermos em nossa Nação trará progresso à população. Esses Senhores Prefeitos naturalmente não se lembraram, ou melhor, não pensaram, foram impensadas naturalmente as suas assinaturas nesse officio ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem.

Amanhã eu me deslocarei desta Capital, percorrerei novamente, se não tiver a honra de percorrermos comigo alguns representantes desta Casa, irei percorrer para me identificar. Falou muito bem o Deputado Antônio Belinatti que naturalmente, eles vão intensificar a sua conserva. Para nós já é uma missão cumprida se eles conservarem a estrada pois assim estaremos vendo, que a nossa luta, que os nossos apêlos e os nossos pedidos não foram vão. Assim talvez os representantes desse Distrito Rodoviário de União da Vitória irão ter um pouco de vergonha, zelando por aquilo que é do povo, empregando bem o dinheiro público que é do povo.

Continuando, quero lembrar ainda, além de falar na estrada do Sudoeste, eu lembro a estrada que demanda de União da Vitória ao Município de Bituruna, cujo Prefeito, sr. Farid Abrahão, não deu o seu consentimento, não deu a sua assinatura nesse officio ao Sr. Diretor do DER, o que nos honra. Esse Município é um dos Municípios de maior progresso naquela região e lá, para poderem transitar os ônibus em dias de chuva a Prefeitura Municipal de Bituruna teve ou tem que revestir algumas daquelas subidas, naquela estrada, com pedra britada, por conta dos cofres públicos do Município, para conservar uma estrada estadual!

Meus prezados colegas, com referência à conserva das estradas, há uma estrada para a qual também já temos feito apêlo, trata-se de União da Vitória, Cruz Machado e o Município de Pinhão. Estão lá elas, para darem o testemunho de que estão, todas elas, intransitáveis! Já fizemos apêlos por diversas vezes ao Sr. Secretário dos Transportes, ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e as respostas são de que estão fazendo aquilo que é possível, que estão precisando de máquinas, estão precisando de elementos humanos.

O Sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Domício Scaramella, estou ouvindo com muita atenção a explanação que V. Exa. faz na tarde de hoje e observando bem o documento do qual o Líder do Governo fez a leitura e quando os Senhores Prefeitos do Sul do Estado referiam-se como sendo mentirosas e enganosas as denúncias formuladas por V. Exa. nesta Casa, muito embora reconheçamos e sabemos que V. Exa. é Líder de União da Vitória há muitos anos e que V. Exa. assume pela segunda vez este honroso mandato, gostaríamos contudo de deixar bem claro, Sr. Deputado, que os Prefeitos têm que cuidar exatamente das estradas municipais, cujas estradas do DER pertencem inteiramente ao órgão do DER, pois, Sr. Deputado, se essas estradas encontram-se nessas condições, o órgão rodoviário responsável é o DER, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. Os Prefeitos jamais poderão

trazer algum documento escrito, como este, que veio a esta Casa, denunciando e até reprovando, as suas palavras. Pois eles não têm autoridade e nem competência para tratar deste assunto, e sim o DER.

E soubemos ainda em apartes de outros Srs. Deputados, como o Deputado Sebastião Rodrigues Jr. que faz parte daquela região, também comprovam esta calamidade das estradas que ligam o Sul do Paraná.

E nós estamos solidários com V. Exa. nesta tarde, pois sabemos que V. Exa. é um homem de responsabilidade e, jamais traria mentiras aqui nesta denúncia, realizada por aqueles prefeitos que, naturalmente, o fizeram por politicagem.

Queremos agradecer o aparte que V. Exa. nos concedeu, e parabenizá-lo pela forma como vem se desenvolvendo na Tribuna desta Casa. Muito obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de V. Exa. que vem realmente colaborar e vem nos estimular, para continuarmos lutando em benefício da nossa região. Com referência às estradas, de fato, o nobre deputado Hélio Marfrinato disse bem. Quando os Prefeitos Municipais têm que cuidar das estradas municipais eu não vou tirar o direito dos Prefeitos, quando eles deveriam apelar aos órgãos competentes para melhorias na sua região, e não para dizer conforme documento que tenho em mãos, que as estradas estão em condições de trânsito, querendo mentir ao próprio Diretor Geral do DER. Nesta oportunidade, quero reafirmar que continuo lutando para a melhoria daquelas estradas em nossa região. No dia de amanhã, quando estas estradas tiverem o trânsito necessário, quando elas derem trânsito, em qualquer época, aqui estaremos, para nos congratularmos com os órgãos responsáveis por aquela melhoria, que se Deus quiser, haverá de vir naquele setor rodoviário do Estado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, mas não vai aí a intenção deste ofício ao Diretor do DER, o objetivo deste ofício não foi para dizer que as estradas estão boas. Nós todos sabemos e bem conhecemos, a "manha" daqueles políticos, aquilo foi para reputar aquele pedido de inquérito administrativo que nós apresentamos nesta Casa, e que tivemos a honra de receber a unanimidade dos votos dos Srs. Deputados, para que seja aberto o inquérito administrativo no 4.º Distrito Administrativo de União da Vitória. Tenho certeza que o inquérito será aberto no menor prazo possível. Confio no sr. Secretário de Transportes e nos seus assessores, tenho certeza que o inquérito será rigoroso, que deverá ser feito no 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, e fará com que o povo fique abismado, impressionado com os desmandos, o uso e abuso do dinheiro público em benefício de elementos particulares subordinados àquele Distrito Rodoviário, e afilhados políticos daquele Departamento. Peço a Deus que as pessoas designadas pelo sr. Secretário dos Transportes, que forem lá, façam o inquérito, independente de qualquer injunção, de qualquer mando, que sejam homens de responsabilidade, que ajam com dignidade e honestidade, para que o povo do Paraná tenha conhecimento daquilo que acontece nos órgãos de administração do Estado. Não culpo nem os Governos anteriores, nem o atual, não culpo os Diretores do DER, eu culpo aqueles funcionários relapsos e descarados que usavam o órgão para se locupletarem em seu próprio favor. Porque não tiveram como disse, conhecimento as autoridades naquela época. Hoje, o fazemos com coragem e com confiança, nos órgãos constituídos do Estado. Empenhamos a nossa palavra de honra, que se esse inquérito não for feito, com rigor e com honestidade, nós pediremos uma Comissão Parlamentar de Inquérito e eu farei questão de visitar órgão por órgão. Farei questão de visitar inclusive, obras construídas por aquele Departamento de Estradas de Rodagem, em benefício de elementos que ainda pertencem àquela parte do Distrito Rodoviário.

Quero deixar bem claro, que não ficarei calado enquanto puder fazer denúncias nesta questão. Lutarei em benefício de minha região, em benefício

de nosso Estado. E a nossa obrigação é zelar pelos dinheiros públicos. Viemos para esta Casa para fazer algo em benefício da coletividade. Não viemos aqui para receber nossos vencimentos no fim do mês e bater palmas por tudo aquilo que é bonito. Estamos aqui e lutaremos e denunciaremos ainda mais. Tenho diversas denúncias que irei fazer, não só ao Departamento de Estradas de Rodagem. Mas tem o Departamento de Edificações de União da Vitória que é outra barganha igual ao Departamento de Estradas de Rodagem. Que era chefiada pelo mesmo cidadão que hoje, por infelicidade é o Prefeito de União da Vitória e que não tem a coragem de residir no Município de União da Vitória. Reside no nosso vizinho Município de Porto União. Não teve a coragem e que a Lei obriga a Constituição obriga o Prefeito a residir na sede do município. Até isso lá acontece. Tudo acontece lá em União da Vitória. E um dos Prefeitos Sr. Presidente, Srs. Deputados que assinou aquele ofício ao Sr. Diretor do DER, o Prefeito de Paula Frontin, por incrível que pareça, eu vou contar o que acontece nesse município de Paula Frontin.

Há mais de um ano um vereador do Movimento Democrático Brasileiro renunciou ao seu mandato. Foi convocado o terceiro suplente da Aliança Renovadora Nacional e está funcionando na Câmara Municipal de Paulo Frontin, dando apoio incondicional ao Sr. Prefeito — e está funcionando o Prefeito de Paulo Frontin, com o apoio de um vereador da ARENA — convocado no lugar de um vereador que pertence ao Movimento Democrático Brasileiro.

Por conseguinte, não merece fé, um ofício assinado por outros diversos Srs. Prefeitos e mais esse Prefeito do Município de Paulo Frontin. Isto acontece na nossa região, por incrível que pareça. Não tenho o nome do Vereador renunciante e nem do Vereador que assumiu, mas tenho em meu escritório em União da Vitória e, oportunamente trarei ao conhecimento da Casa, por incrível que pareça, isto acontece lá. E lutaremos enquanto tivermos condições. Conto com o apoio dos Srs. porque podem confiar que se não acreditarem, iremos "in loco", visitar as obras relativas às denúncias que estamos fazendo. E voltarei na próxima semana, para trazer denúncias ao Departamento de Edificações, com sede em União da Vitória, até o dia 30 de abril do corrente ano. De lá para cá, felizmente, foi mandado um novo engenheiro que está chefiando este serviço e que está atendendo as reivindicações do Estado. Porque o ex-engenheiro, atendia reivindicações pessoais: reformava casas, prédios particulares e não reformava os prédios públicos do Estado. Esta denúncia, eu vou trazer à Casa, se Deus quiser, na semana vindoura.

Mas, muito obrigado pela atenção, Srs. Deputados. muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador)

— (Reassumiu a Presidência o sr. deputado Antônio Costa).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos, com brevidade, sr. Presidente, aduzir algumas considerações em torno de um Requerimento que encaminhamos à Mesa, pedindo a fixação de normas no tocante aos prazos dos processos legislativos.

Entendemos que, de acordo com o Regimento Interno, este Requerimento é sujeito a despacho do Presidente.

Mas, como se trata de matéria de real interesse principalmente do Plenário, gostaríamos de esclarecer que temos encontrado nas proposições que nos são encaminhadas para relatar e que dizem respeito a vetos governamentais, uma dificuldade enorme para saber-se com a certeza necessária, se o veto é tempestivo ou não; isto é, se o Sr. Governador do Estado, dentro do prazo que lhe é conferido pela Constituição, exercitou o veto. Por

exemplo, vemos o veto hoje apreciado por esta Casa e o seu encaminhamento. Segundo a movimentação do projeto, ele foi entregue para a sanção no dia 7 de junho de 71, e aqui está a certidão com o carimbo do chefe do serviço de expedição, dizendo: "A sanção em 7 de junho de 1971, recebido por Geny Mendes".

O sr. Governador vetou a 23 de junho de 71, conseqüentemente quando já decorrido era o prazo estabelecido pela Constituição para que S. Exa. vetasse.

Diz a Constituição Estadual, em seu artigo 27, § 1.º: "Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa, os motivos do veto. Se a sanção fôr negada, quando estiver finda a sessão legislativa, o Governador publicará o veto."

§ 2.º: "Decorrida a quinzena, o silêncio do Governador importará em sanção".

Significa dizer que se decorridos quinze dias úteis como estabelece o artigo 27, § 1.º, a matéria não houver sido vetada, o projeto está sancionado, restando, ao que me parece e ao que tudo indica, apenas sua publicação para entrar em vigor como lei.

Nós estamos acostumados a deliberar sobre vetos de matérias que, de um modo geral, não despertam o interesse do Legislador. O de hoje, por exemplo, era uma lei que pretendia autorizar a doação de uma ambulância. Temos projetos em andamento, visando a autorização para doação de sucatas e que possivelmente serão vetados pelo Governador do Estado. Não despertam o interesse do Legislador, porque não há um interesse comum, de um modo geral, nestes projetos vetados. Mas pode haver interesse comum no caso de determinada região e gostaria de ressaltar também esta parte.

Haveremos de discutir, nesta Casa, projetos de grande transcendência e cada um de nós irá procurar, na matéria em discussão, um motivo para poder fundamentar uma pretensão.

E esses casos eventualmente poderão gerar conseqüências, além do Poder Legislativo, pois uma população interessada num projeto de lei, que o considera sancionado nos termos da Constituição, verificada uma hipótese de que decorra o prazo, sem que o veto venha ao Legislativo, poderá se socorrer do Poder Judiciário para fazer valer esse direito constitucional, da sanção automática prevista na Constituição.

A Constituição Estadual nada mais faz do que repetir o texto da Federal, adaptando-o ao Estado. Não vimos e essa matéria foi inclusive debatida na última sessão da qual participei na Comissão de Constituição e Justiça, outro caminho senão o de estabelecer melhor as responsabilidades no encaminhamento do processo legislativo.

Devolvi à Comissão, pedindo diligências, quatro vetos, solicitando do Departamento competente que esclarecesse a data em que os projetos haviam sido recebidos pelo Governo do Estado. E a resposta que obtivemos foi baseada nessa certidão, se é que seja isso uma certidão, que se encontra na movimentação do processo através desse carimbo rubricado apenas pelo chefe do serviço de expedição. Não sei com certeza, mas acredito que esse funcionário não tenha autorização legal para certificar em nome do Poder Legislativo, nem do Executivo, muito menos do Poder Executivo. Quem certifica em nossa Casa é o chefe da Secretaria, o Diretor da Secretaria, ou os membros da Mesa. Quem certifica pelo Poder Executivo, haverá de ser a Secretaria do Palácio do Governo, que é o órgão responsável pelo encaminhamento dos atos governamentais.

Dai termos requerido que os projetos encaminhados à sanção governamental, sejam entregues na Secretaria do Governo do Estado, como bem

sugeriu, aliás, inclusive, nessa reunião a que fiz referência na Comissão de Constituição e Justiça, o ilustre deputado Armando Queiroz. Este é o espírito desse requerimento que procura fixar normas, de modo a que os vetos deliberados por esta Casa não possam sofrer no futuro, impugnações, suscitando, inclusive, questões judiciais pelo motivo exposto.

Era só, muito obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ninguém desconhece neste Estado que a ação do atual Secretário de Segurança Pública não vem agradando não somente pela sua ineficiência, como também pela sua arrogância e, até mesmo, truculência em outras oportunidades, as quais me recuso relatar desta Tribuna, pois todos sabemos de sobejo.

Compareço, na tarde de hoje, a esta Tribuna em razão de um telefonema ao sr. Secretário de Segurança Pública, Cel. Pêrsio Ferreira.

Londrina encontra-se em polvorosa, sua população intranquila e insegura, pois os acontecimentos criminais se repetem, lamentavelmente, com uma assiduidade impressionante.

Londrina está a reclamar, através da sua Câmara de Vereadores, através de seus representantes também nesta Casa de Leis, a providência que se faz necessária por parte do sr. Secretário de Segurança Pública do Estado. Apresentamos requerimentos, fizemos pronunciamentos que ecoaram como se estivessem ecoando em verdadeiro deserto.

Recebemos, numa oportunidade, há algumas semanas atrás, um officio do sr. Secretário de Segurança Pública respondendo nossas solicitações. Dizia S. Exa. haver anotado e prometer tomar providências oportunamente.

Mas, há poucos instantes, quando a S. Exa. telefonava dizia nada saber; dizia não ter recebido reclamação nenhuma, solicitação nenhuma. Perguntei se iria a Londrina para tomar as providências necessárias, conforme a imprensa daquele Município divulgara há dias; respondeu-me que era problema da imprensa. Disse que não iria a Londrina e não pretendia ir, pelo menos por enquanto, que não ia tomar providência nenhuma e que a Delegacia de Londrina não solicitou coisa alguma, quando perguntamos se iria tomar providências no sentido de dar condições materiais para o perfeito desempenho daquele órgão policial.

O caso é de emergência, não podemos continuar a assistir a omissão desta Secretaria quando vidas humanas são roubadas daquele Município por criminosos e assaltantes.

Não podemos admitir esta inércia e esta irresponsabilidade quando se trata de uma cidade que muito dá a este Estado, que arrecada verdadeira fortuna. Em razão disto Londrina merece respeito e amparo, sobretudo, de um órgão de Segurança Pública.

Sr. Secretário de Segurança se ninguém lhe pediu, mais uma vez lhe peço — vá a Londrina. Não prestará nenhum favor àquela cidade, estará única e exclusivamente cumprindo o seu dever e desempenhando uma missão para a qual foi designado.

Sr. Secretário de Segurança Pública use a sua arrogância para resolver os problemas de segurança neste Estado; use até mesmo sua truculência se necessário for, conforme já o usou há meses atrás e não preciso me referir ao acontecimento.

Peço aos Deputados governistas nesta Casa, que transmitam este nosso pronunciamento ao Secretário de Segurança Pública porque, se através de telefone não foi oficial, neste instante ele é oficial, é em nome do povo de Londrina, povo que está a reclamar e a esperar as providências que como já disse, requerem urgência. Poderiam dizer que a responsabilidade é do Governo passado; isto não justifica porque o caso é de emergência e exige

solução a curto prazo, e é solução a curto prazo que está a exigir a população de Londrina. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETARIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Há número regimental para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 89-71, que acresce ao artigo 131, da Lei n. 5.871 de 6 de novembro de 1.968 • parágrafo que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 89-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Art. 131, da Lei n. 5.871, de 6 de novembro de 1.968, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo Único — Fica assegurado ao ocupante do cargo de Professor o direito de optar, na aposentadoria, pelos vencimentos de cargo em comissão que tenha exercido por mas de (1) ano ininterruptamente, ou por mais de três (3) com interrupções.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1971.

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 103-71, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, Município de Piraquara. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 103-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, Município de Piraquara.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11-8-71

aa) **Maurício Fruet** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Jorge Sato, Santos Lima

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 65-70, de autoria do dep. Ama-deu Puppi, que autoriza o Poder Executivo a considerar de Utilidade Pública, o Centro Passionista de Treinamento de Líderes, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. — **Com Substitutivo Geral**. — **Aprovado pelo Substitutivo**.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 287-70 de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Curitibana de Ensino, desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 38-71, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Alto Paraná, a Motoniveladora que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 51-71, de autoria do dep. Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública a Loja Teosófica do Paraná, com sede e foro em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 55-71, de autoria do dep. Ivo Thomazoni, o Município de Dois Visinhos, passa a adotar na palavra Vizinhos a letra "Z", conforme procede a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra "S". — Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado artigo por artigo**.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 56-71, de autoria do dep. Maurício Fruet, fica criada a "Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos", destinada a homenagear os vultos ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo**.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 93-70, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Com Substitutivo Geral**. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N. 93-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferida, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul, numa extensão de 3,5 quilômetros, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1971

a) **Gabriel Manoel**

JUSTIFICAÇÃO:

A Avenida Nossa Senhora das Brotas, da qual se vê um trecho na fotografia anexa, constitui ponto de atração turística da cidade de Pirai do Sul, exigindo, por isso, que se lhe dê especial atenção, principalmente no que diz respeito ao seu estado de conservação. E como o Governo Municipal não dispõe de condições, técnica e financeira, para tal, é justo que se co-

meta esse encargo ao D.E.R., único capaz de fazê-lo com eficiência e relativa facilidade, continuando, assim, a referida avenida, a ocupar o lugar de importância que já conquistou, não só no conceito dos seus moradores, como dos turistas que a visitam.

É o que pretendemos com este plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 93-70

AUTOR: Deputado Gabriel Manoel

SÚMULA: Transfere ao D.E.R., para fins de conservação, a via pública que especifica, da cidade de Pirai do Sul.

P A R E C E R

O projeto sob exame, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, pretende transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, na cidade de Pirai do Sul, numa extensão de 3,5 quilômetros, aproximadamente.

Parece-nos justo o propósito do nobre autor do projeto. Apenas a forma como está proposta a medida não se nos afigura correta, pois entendemos data vênica, que ela deve ser colocada em termos de convênio, por se tratar de via pública, dentro do perímetro urbano daquela cidade.

Em razão do exposto, oferecemos ao projeto o substitutivo anexo e com ele o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai, Acyr José, Gilberto Carvalho, Cândido Martins de Oliveira, Sebastião Rodrigues, Odilon Reinhardt

SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para execução dos serviços de conservação permanente da Avenida Nossa Senhora das Brotas, da referida cidade, numa extensão de 3,5, três e meio) quilômetros, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 93-70

I — De autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, o Projeto de Lei em exame, visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul.

II — A Douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente ao plano de Lei, na forma de substitutivo apresentado pelo nobre Deputado Igo Iwant Losso, no qual estabelece que a conservação do trecho citado, numa extensão de três quilômetros e meio aproximadamente, deverá ser feita mediante convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem.

III — Não há dúvida que o Projeto é dos mais oportunos, razão pela qual nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1.971.

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Borsari Netto — Relator

Gilberto Carvalho, Sebastião Rodrigues, Antônio Maciel, Hélio Manfrinato

COMISSÃO DE FINANÇAS.

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 93-70

AUTOR: Deputado Gabriel Manoel

SÚMULA: Transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul.

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei vem articulado e devidamente justificado, tudo de acordo com o Regimento Interno, que rege este Poder Legislativo.

Quanto sua oportunidade nada há a opor.

Nosso parecer portanto é pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo oferecido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer favorável

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1.971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovídio Franzoni, Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 245-70, de autoria do dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal a Miguel Florcoski Filho, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — COM SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 245-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder pensão, no montante estipulado em Lei, à Miguel Florcoski Filho, brasileiro, casado, ex-Expedicionário, residente à Rua Prof. Francisco Zardo n.º 21, em Santa Felicidade, atualmente atravessando situação financeira das mais difíceis.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1970.

a) Olívio Belich

JUSTIFICATIVA:

Constitui obrigação dos governos amparar ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira que se encontram em situações difíceis, como o caso do nominado que se pretende seja beneficiado com o presente plano de Lei, um cidadão casado, portador de neurose de guerra que o impossibilita, face às reações naturais de um comportamento doentio, de conseguir colocação que lhe assegure permanente meio de sobrevivência. Mas aconselhável, mais e mais humano, seria o Governo aproveitar o referido em função compatível, porém, na impossibilidade, mister se faz a concessão do benefício pleiteado, como testemunho, ao menos, do reconhecimento a quem sacrificou a integridade física em defesa de nossa Pátria. Pela justificativa, confia o autor no apoio dos nobres pares à presente iniciativa, sua aprovação e consequente sanção.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 245-70

AUTOR: Dep. Olívio Belich

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 80,00, a Miguel Florcoski Filho".

P A R E C E R

1) — O Projeto vem articulado e devidamente justificado, nos termos do Regimento Interno.

2) — O mesmo não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, realmente, a justificativa do Autor.

3) — Em face de tais circunstâncias, somos pela sua aprovação, observado, porém, o substitutivo anexo, o qual é oferecido para corrigir distorção de ordem técnico-legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Mugiatti Filho

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Armando Queiroz de Moraes

Igo Losso

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 245-70

"SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 80,00, à Miguel Florcoski Filho".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Miguel Florcoski Filho uma pensão mensal de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Mugiatti Filho

Emílio Carazzai

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 245-70

AUTOR: Dep. Olívio Belich

P A R E C E R

Louvável e oportuna é a iniciativa do nobre Deputado autor do presente plano de lei, que visa conceder uma pensão mensal à Miguel Florcoski Filho, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, que se encontra em difícil situação econômica, moral e física, visto o mesmo sofrer de neurose de guerra.

Convenhamos, esses heróis devem merecer de nossa parte toda consideração e respeito, tendo em vista que os mesmos sacrificaram suas vidas nos campos de batalha no Velho Mundo, em defesa de nossa Pátria.

Quanto a parte financeira, matéria de nossa competência para opinar, não encontramos óbices, visto existir no Orçamento Geral do Estado dotação própria para atendimento de casos desta espécie.

Assim sendo, somos pela sua aprovação nos termos do Substitutivo Geral oferecido pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 16.06.71.

aa) Leopoldo Jaçomel — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Maurício Fruet

João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Chaim Maia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rissatto Júnior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.os 14-71; 16-71; 46-71; 57-71; 70-71; 77-71; 78-71; 85-71; 87-71; 88-71; 93-71; 94-71; 122-71; 123-71; 144-71; 151-71; 152-71 e 153-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando votos de regozijo e aplauso aos Srs. Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar, pela maneira com que se vêm havendo no serviço de patrulhamento de nossa Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mugiati Filho, constante do Expediente, solicitando na qualidade de membro e Vice-Presidente da C.C.J., providências com relação ao encaminhamento de Projetos de Lei à Sanção, no sentido de ficar registrado no processo a data em que o autógrafo foi recando outra para amanhã dia 20, sexta-feira, às 10,00 horas, com a

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feir, às 10,00 horas, com a

ORDEM DO DIA.

já anunciada na sessão ordinária de quinta-feira.
Levanta-se a sessão.